



Percurso de mulheres em situação de violência e as estratégias de acolhimento dentro da rede de enfrentamento

Journey of women in situations of violence and reception strategies in the coping network

Trayectoria de mujeres en situación de violencia y estrategias de acogida dentro de la red de enfrentamiento

Michelle Araújo Moreira¹, Marcella Bonifácio Lelles Dias¹, Yolanda Aguiar Carneiro¹, Maryana Orrico Pereira¹, José Carlos de Araújo Junior¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar o percurso das mulheres em situação de violência e as estratégias de acolhimento desenvolvidas pela rede de enfrentamento. **Métodos:** Estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado com 24 profissionais que atuam em instituições da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, através de gravação por aparelho digital, entre novembro de 2022 e outubro de 2023 e analisados por meio da técnica de conteúdo temática proposta por Bardin. **Resultados:** A mulher em situação de violência perpassa por diferentes instituições, dentre as principais, a Defensoria Pública, a Delegacia de Atendimento Especializado, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher e hospitais. No que tange as estratégias de acolhimento, tem-se a escuta, orientações e encaminhamentos para serviços especializados e abrigos seguros, auxílio jurídico e emocional, acompanhamento das medidas protetivas, melhoria do vínculo familiar para menores agredidas, monitoramento dos agressores e ações para o empoderamento feminino. **Conclusão:** Conclui-se que, o percurso de mulheres em situação de violência ocorre em diferentes serviços e que as diversas estratégias de acolhimento desempenham um papel crucial no enfrentamento à violência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Estratégias de saúde, Acolhimento.

ABSTRACT

Objective: To analyze the trajectory of women in situations of violence and the reception strategies developed by the coping network. **Methods:** This is a qualitative, descriptive and exploratory study, conducted with 24 professionals working in institutions of the Network to Combat Violence against Women. Data were collected through semi-structured interviews, through digital recording, between November 2022 and October 2023 and analyzed using the thematic content technique proposed by Bardin. **Results:** Women in situations of violence go through different institutions, among the main ones, the Public Defender's Office, the Specialized Care Police Station, the Women's Care Reference Center, and hospitals. With regard to reception strategies, there is listening, guidance and referrals to specialized services and safe shelters, legal and emotional help monitoring of protective measures, improvement of family bonding for abused minors, monitoring of aggressors and actions for female empowerment. **Conclusion:** It is concluded that the path of women in situations of violence occurs in different services and that the various reception strategies play a crucial role in coping with violence.

Keywords: Violence against women, Health strategy, Reception.

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus - BA.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la trayectoria de las mujeres en situación de violencia y las estrategias de acogida desarrolladas por la red de enfrentamiento. **Métodos:** Se trata de un estudio cualitativo, descriptivo y exploratorio, realizado con 24 profesionales que laboran en instituciones de la Red de Combate a la Violencia contra la Mujer. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas semiestructuradas, a través de grabación digital, entre noviembre de 2022 y octubre de 2023 y analizados utilizando la técnica de contenido temático propuesta por Bardin. **Resultados:** Las mujeres en situación de violencia transitan por diferentes instituciones, entre las principales, la Defensoría Pública, la Comisaría de Atención Especializada, el Centro de Referencia de Atención a la Mujer y los hospitales. En cuanto a las estrategias de acogida, se cuenta con escucha, orientación y derivación a servicios especializados y refugios seguros, ayuda jurídica y emocional, seguimiento de las medidas de protección, mejora del vínculo familiar de los menores maltratados, seguimiento de los agresores y acciones para el empoderamiento de la mujer. **Conclusión:** Se concluye que la trayectoria de las mujeres en situación de violencia ocurre en diferentes servicios y que las diversas estrategias de acogida juegan un papel crucial en el enfrentamiento de la violencia. **Palabras-clave:** Violencia contra la mujer, Estrategias de salud, Recepción.

INTRODUÇÃO

A violência encontra-se em diversas situações do convívio entre as pessoas e perpassa diferentes culturas. Por ser um fenômeno complexo e multideterminado se torna um dos grandes problemas de saúde pública. Apesar de ter várias causas e atingir todas as classes sociais e gêneros, os grupos mais vulneráveis são as mulheres (ZARA G e GINO S, 2018; HOLANDA JFS e BELMINO MCB, 2023). Desse modo, a violência contra a mulher está intrinsecamente relacionada à desigualdade de gênero e pode ser perpetrada de diferentes formas, com destaque para a física, a verbal, a sexual e a psicológica. No Brasil, apesar da evolução dos direitos das mulheres após uma constante luta dos movimentos de mulheres e feministas, ainda se percebe que a população feminina sofre constante opressão social, desvalia e subjugação, resultando no fenômeno da violência (SOUZA BVA, et al., 2019; CASTANHA L, et al., 2022).

Objetivando mitigar tal problemática, instituíram-se várias leis e políticas públicas, com destaque para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que desencadeou a formação da Rede de Enfrentamento (SOUZA TMC e REZENDE FF, 2018). Esta rede agrega diversos profissionais, serviços e equipamentos das áreas de saúde, educação, justiça e assistência social, articulando instituições com graus distintos de governança nas esferas municipal, estadual e federal (SANTOS JDLB e SANTOS CVM, 2020). Assim, as ações desenvolvidas pela rede de enfrentamento asseguram os direitos das mulheres, as empoderam e possibilitam um acolhimento adequado para o atendimento especializado com vistas à produção do cuidado integral das vítimas (CASTANHA L, et al., 2022). Contudo, desafios e/ou entraves podem surgir na operacionalização da rede de enfrentamento, tais como a inexistência de um fluxo claro que ocasiona peregrinação da vítima em busca de serviços, os ruídos na comunicação entre profissionais, além dos julgamentos às mulheres durante o atendimento (SANTOS JDLB e SANTOS CVM, 2020).

Considerando todo o contexto, surgiram as seguintes questões norteadoras: Qual(Quais) o(s) percurso(s) de mulheres em situação de violência e as estratégias de acolhimento desenvolvidas pela rede de enfrentamento? A relevância social e científica do estudo é desvelar o percurso da mulher em situação de violência na rede de enfrentamento e as estratégias de acolhimento desenvolvidas pelas instituições de modo a implementar ações que evitem a peregrinação da vítima e a postergação das denúncias e que proporcionem a melhoria dos fluxos, serviços e assistência prestada pelos profissionais de saúde e de áreas afins. Para tanto, delimitou-se como objetivo geral: analisar o percurso de mulheres em situação de violência e as estratégias de acolhimento desenvolvidas pela rede de enfrentamento.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório que estuda os atos da subjetividade dos indivíduos no âmbito social centrada na interpretação e explicação das suas relações sociais (SOUZA JR e SANTOS SCM, 2020).

O estudo foi desenvolvido em um município baiano e contou com a participação de um representante, escolhido por amostragem não probabilística, de cada uma das 24 instituições, apresentadas a seguir: Ronda Maria da Penha, Patrulha Guardiã Maria da Penha, Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Comissão da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comitê de Combate à Violência contra a Mulher do Grupo de Mulheres do Brasil, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Núcleo da Justiça Restaurativa, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) I, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II, Conselho Tutelar I e II, Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), 8ª Promotoria de Justiça, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Departamento da Atenção Primária à Saúde – Saúde da Mulher e Criança e seis Unidades de Saúde da Família (USF).

O critério de inclusão das participantes foi: que desenvolvam ou tenham desenvolvido ações de enfrentamento sobre violência contra a mulher no município selecionado. E como critério de exclusão: que estivessem afastados por algum adoecimento, licença médica, férias ou licença prêmio durante a fase de coleta de dados.

Foi realizado um contato prévio da pesquisadora com as participantes para apresentação dos objetivos do estudo, riscos e benefícios, e somente após aceite em participar de forma voluntária, procedeu-se à leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta dos dados ocorreu entre o período de novembro de 2022 e outubro de 2023 de duas formas: presencial ou remota por meio da plataforma digital *Google Meet*, de acordo com a escolha da participante. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado elaborado pela pesquisadora, que continha perguntas abertas e um perfil sociodemográfico. As entrevistas foram gravadas em aparelho digital com média de duração de 25 minutos e, após as transcrições, as participantes foram identificadas pela letra P seguida de numeração cardinal.

Os dados transcritos foram organizados e categorizados por meio da técnica de conteúdo temática proposta por Bardin. Essa técnica se constituiu em três etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados.

Na primeira fase, pré-análise, é a organização propriamente dita, na qual o material transcrito passa por uma leitura flutuante. A segunda fase, exploração do material, permite uma leitura mais longa e apurada de cada unidade de análise. E, por último, a terceira fase que é o tratamento dos resultados obtidos com inferência e interpretação (BARDIN L, 2016).

O estudo foi respaldado nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 (BRASIL, 2012; 2016), tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sob parecer nº 5.648.111 e CAAE 60660322.0.0000.5526.

RESULTADOS

De acordo com as características sociodemográficas, todas as participantes eram do sexo feminino, com faixa etária entre 24 e 61 anos, sendo que doze se autodeclararam pardas, oito brancas, duas pretas e duas se consideraram amarelas.

No quesito formação acadêmica, quatro possuíam graduação em serviço social, quatro em direito, seis em enfermagem, três em psicologia, uma em administração, uma em pedagogia e uma licenciatura em educação física, uma em administração e direito, uma em direito e ciências econômicas, uma em psicologia e letras e uma em filosofia e psicologia.

As palavras mais evocadas nos discursos transcritos das participantes foram processadas em formato de nuvem de palavras e encontram-se demonstradas na **Figura 1**, momento em que se percebe o percurso e acolhimento das mulheres dentro da rede de enfrentamento:

“quando tem criança envolvida, encaminha e envolve o Conselho Tutelar e a assistência social. Passou da PM, leva para o CRAM, essa mulher tem um atendimento jurídico e psicológico, depois vai para a DEAM, presta a queixa necessária, espera que a medida protetiva seja deferida em até 48 horas” (P12).

“se a mulher é violentada, a gente a incentiva e orienta a procurar a delegacia da mulher, ela fica livre para abrir um boletim de ocorrência ou não, notifica e encaminha para o CRAM. O CRAM direciona para a assistência social, para um dos CRAS. E tem aquela questão das casas de apoio” (P18).

Ressalta-se ainda que, a assistência às mulheres vítimas de violência, especialmente na fase infantil e da adolescência, dar-se através do encaminhamento para o CREAS-PAEFI, serviço especializado em famílias e indivíduos, como apontado a seguir:

“quando é criança, é o CREAS-PAEFI, que trabalha com criança, adolescente e família. De lá, elas também passam por assistente social e psicóloga” (P13).

Refere-se que a vítima pode acessar a rede de enfrentamento, através dos serviços de saúde, que possuem corresponsabilização pelo cuidado, como revelado abaixo:

“os hospitais não podem deixar de avisar a delegacia que chegou uma mulher vítima de violência. Se houver violência física, ela vai para o DPT fazer o exame. Se for violência sexual, ela vai para o DPT fazer o exame e constatar pelo laudo, depois ela é intimada na justiça, e se for o caso, a delegada encaminha para o CRAM, formaliza o pedido de medida de proteção, intima o autor, a investigação começa até encerrar. E quando encerra, a delegada faz o relatório e encaminha para o ministério público que oferece a denúncia ou não” (P13).

“se for caso de ter fratura, primeiro o socorro e depois a DEAM. Depois encaminha para a Vara da Infância, Ministério Público, com o registro do fato, para eles tomarem as providências” (P10).

Evidencia-se que o percurso da mulher vítima de violência dentro da rede de enfrentamento abarca diversas portas de entradas, de acordo com a fase do ciclo de vida em que se encontram, suas demandas e/ou necessidades.

Estratégias de acolhimento: da escuta ao empoderamento feminino

A rede de enfrentamento à violência contra a mulher opera com múltiplas estratégias de acolhimento, permitindo que as mulheres possam ser assistidas adequadamente. Isso pode ocorrer em todas as fases do ciclo de violência. Entre as diversas ações utilizadas, destaca-se a sensibilização, a escuta, a orientação dos serviços disponíveis e os encaminhamentos, algo demonstrado abaixo:

“quando a pessoa chega, a gente faz a sensibilização, conversa, explica os serviços que são disponíveis no município para o atendimento dessa demanda e faz o encaminhamento” (P3).

“a gente trabalha com o acolhimento, encaminhamentos e os atendimentos de assistente social, psicólogo e advogado. Oferecemos esse suporte emocional a essas mulheres que se sentem tão perdidas, com comprometimento e responsabilidade” (P11).

Ademais, nota-se o direcionamento da vítima para um lugar seguro como estratégia de acolhimento pelo poder judiciário e serviços assistenciais, muitas vezes identificado nas casas abrigo, como apontado a seguir:

“acolhe de que maneira? Um local para essa mulher ficar, entra em contato para o juiz dizer o local que ela pode ir e as Varas Criminais expedem o processo. Se colocarmos à frente a empatia e usarmos, tenho certeza a mulher só tem a ganhar com

isso. Não precisa se colocar como vítima não, basta se colocar no lugar dela, enquanto mulher” (P6).

“tem um acolhimento em relação a necessidade dessa mãe acompanhada de seus filhos irem para um abrigo, existe toda uma estrutura que acolhe. O Conselho Municipal da Mulher que trabalha como um Conselho, a função é ouvir, filtrar as demandas, fazer o acolhimento e o direcionamento dessa mulher” (P12).

Outra estratégia relaciona-se à orientação para a denúncia na DEAM ou Delegacia de Polícia (DP), esclarecendo sobre horários de atendimento, auxílio de advogado, registro do Boletim de Ocorrência (BO), conforme os recortes a seguir:

“olha, você pode ir na DEAM, ou você pode ir na DP e eles vão lhe orientar, você vai ter um advogado que vai ser pago pelo Estado, diz como é que vai funcionar, os horários de funcionamento” (P4).

“os profissionais vão tá orientando, acolhendo, dando o direcionamento, até fortalecendo-a para que a partir daí ela preste um boletim de ocorrência” (P7).

Para mais, tem-se ainda o acompanhamento das situações de violência por parte de iniciativas como a Patrulha Guardiã e Ronda Maria da Penha, que realiza a proteção para salvaguardar a vida da vítima, como verificado abaixo:

“da Patrulha Guardiã e da Ronda vejo essa preocupação no atendimento qualificado, a sensibilidade no acolhimento, a atenção de fazer a ronda, a sensibilidade de perceber aquele olhar de medo e que não é para ir embora naquela hora” (P12).

Em relação a proteção da menor envolvida na violência, ocorrerá a orientação sobre o fortalecimento do vínculo familiar, como relatado a seguir:

“a gente pode potencializar algumas qualidades que essa família tem ou orientar no sentido das fragilidades. Se essa família está desprotegendo essa criança, esse adolescente, a gente faz um trabalho para que a função protetiva da família seja reestabelecida” (P5).

Percebe-se ainda um trabalho voltado para o agressor, através do Núcleo de Justiça Restaurativa, evitando que estes violentadores perpetuem o ciclo de violência em outras relações, como destacado a seguir:

“na 2ª Vara temos o acolhimento não só dessa vítima de violência, mas também do agressor, através da Justiça Restaurativa” (P14).

Por fim, observa-se que a rede de enfrentamento utiliza estratégias voltadas para o empoderamento das mulheres de modo a contribuir para o rompimento dos ciclos de violência, como sinalizado a seguir:

“pode-se estar conversando com uma mulher vítima de violência doméstica e tentar não só estancar a violência com a medida protetiva, mas no aspecto social, na reinserção no mercado de trabalho para ela ter sua independência, sua autonomia” (P15).

Entende-se, portanto, que as estratégias de acolhimento às mulheres vítimas de violência são amplas e contam com a *expertise* de diferentes profissionais envolvidos com vistas a assegurar melhor qualidade de vida.

DISCUSSÃO

A rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência se destaca pela presença e articulação de vários serviços, equipamentos e profissionais atuantes para fornecer um apoio completo no combate à violência e na promoção do empoderamento feminino (JOHAS BCM e VIANA MR, 2022). Desse modo, essa rede pode abarcar quatro áreas distintas: Justiça, Segurança Pública, Assistência Social e Saúde. O sistema

de justiça presta assistência, orientação e defesa às mulheres em situação de violência, através do Ministério Público que atua na preservação da ordem jurídica, dos interesses da sociedade e da estrita observância da Constituição, garantindo que as leis, como a Lei Maria da Penha, sejam cumpridas e da Defensoria Pública que garante o acesso gratuito à justiça para aquelas pessoas que são consideradas legalmente necessitadas (AGUIAR JM, et al., 2020).

Além disso, as instituições da segurança pública, como Polícia Militar e as delegacias, são frequentemente procuradas por mulheres em situação de violência para o registro dos BO bem como para acolher, orientar e proteger as vítimas. No entanto, a falta de recursos e capacitação nos referidos serviços pode resultar em atendimento de baixa qualidade, desencorajando a denúncia (BARROSO MF e LIMA RR, 2020; FLORES LB, et al., 2021). Por sua vez, a Ronda Maria da Penha e a Patrulha Guardiã Maria da Penha oferecem apoio a segurança pública, através do acompanhamento das vítimas, fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência e ordens judiciais e encaminhamento das mulheres às redes de atendimento (BARROSO MF e LIMA RR, 2020).

No contexto da assistência social, é importante que os serviços adotem uma abordagem interdisciplinar e estabeleçam protocolos de atendimento para as vítimas. Sendo assim, merecem destaque o CRAS, o CREAS e o CREAS-PAEFI, que são frequentemente procurados como fontes de informações e apoio por mulheres em situação de violência ou por referências de outras instituições (KAUS D, et al., 2021; MASSIERE TLG, et al., 2023). Destaca-se ainda o CRAM, que oferece suporte psicossocial e assistência nas áreas social, jurídica e psicológica para mulheres em situação de violência e o Conselho Tutelar para casos que envolvam crianças e adolescentes (SOUZA MCG e SOUZA TMC, 2019; HICKMANN AL, 2019).

Atrelado a isso, tem-se a assistência à saúde, que pode ser iniciada pela Atenção Básica, através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou USF devido à proximidade com as usuárias, promovendo relações saudáveis e a integralidade do cuidado. Hospitais e serviços de pronto-atendimento também atuam como pontos de entrada na rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência e o Instituto Médico Legal (IML) é acionado para a realização do exame de corpo de delito. Nos casos em que há necessidade de apoio psicológico, encaminha-se ao CAPS para o devido acompanhamento (BEARZI PSS, et al., 2020; MASSIERE TLG, et al., 2023).

Nesse sentido, evidencia-se que o percurso da mulher em situação de violência é permeado por inúmeras portas de entrada, no qual cada instituição desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos das mulheres por meio de estratégias de acolhimento eficazes. Dessa maneira, o acolhimento torna-se uma estratégia crucial para lidar com mulheres em situação de violência, pois reduz o risco de morte e amplia a possibilidade da denúncia. Para tanto, os profissionais devem ter uma escuta qualificada, com identificação e orientação das vítimas para serviços necessários e até mesmo abrigos seguros (KAUS D, et al., 2021; BEARZI PSS, et al., 2020).

A assistência às mulheres vítimas de violência deve ser abrangente, incluindo auxílio jurídico e emocional. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) desempenha um papel fundamental, não apenas registrando denúncias, mas também orientando sobre direitos, implementando medidas de proteção e realizando procedimentos como exames de corpo de delito e detenção do agressor (SILVA KEA, et al., 2022; MACHADO DF, et al., 2020).

Além do mais, a avaliação da situação da mulher determina se ela pode voltar para casa ou precisa ser encaminhada para uma Casa Abrigo, locais sigilosos onde as vítimas permanecem até estarem prontas para retomar suas vidas. Medidas são tomadas para criar um ambiente seguro e de confiança, incluindo o estabelecimento de medidas protetivas para distanciar o agressor. A Patrulha Maria da Penha oferece assistência nesse processo, com o acompanhamento e proteção para salvaguardar a vida da vítima (AMARIJO CL, et al., 2020).

A exposição de crianças à violência, quer seja como testemunhas ou vítimas diretas, tem o potencial de causar impactos significativos em sua saúde mental. Abordar a construção de vínculos familiares para crianças que enfrentaram violência requer uma abordagem abrangente, envolvendo não apenas a criança,

mas também a família e profissionais de apoio. O objetivo é estabelecer um ambiente seguro e afetivo, no qual a criança possa se recuperar e crescer emocionalmente saudável (DAHAL M, et al., 2020; SANCHEZ OR, et al., 2020). É imprescindível acolher a vítima, mas também trabalhar com o agressor, para que este não perpetue novos ciclos de violência. Para tanto, o Núcleo da Justiça Restaurativa surge como uma alternativa nas soluções de conflitos decorrentes da violência contra a mulher, envolvendo ativamente o infrator. Assim, é realizado um monitoramento do agressor em programas de intervenção e na sua reintegração à comunidade (FERRAZ CV e RIBEIRO YL, 2023).

Outra estratégia é o empoderamento das mulheres em situação de violência, através de ações e trabalhos que ampliem a autoestima, a superação de traumas e a libertação das amarras sociais do patriarcado e do machismo. Dessa forma, a participação de grupos de apoio, terapia individual e redes de solidariedade fortalecem a base e emocional. E para alcançarem autonomia financeira são realizados programas de treinamento profissional, assistência na busca de emprego, orientação sobre o empreendedorismo, participação em atividades de artesanato, entre outras (SOUZA MB e SILVA MFS, 2019; AMARIJO CL, et al., 2021). Por fim, evidencia-se que as estratégias de acolhimento são fundamentais para prevenir e combater a violência contra a mulher. Para que essas estratégias sejam eficazes, é imperativo que os profissionais envolvidos recebam treinamento especializado para lidar com casos de violência contra a mulher.

As limitações do estudo foram o número insuficiente de publicações científicas nacionais e internacionais sobre o percurso de mulheres em situação de violência e as estratégias de acolhimento desenvolvidas pela Rede de enfrentamento além do receio dos participantes em participar, mesmo após os esclarecimentos éticos da pesquisa, por estarem atrelados a serviços de periculosidade.

CONCLUSÃO

Percebe-se que o percurso da mulher em situação de violência perpassa pelo Ministério Público, Defensoria, DEAM, CRAM, CREAS, UBS, USF e hospitais. Nestes espaços, as vítimas buscam apoio, segurança e atendimento às suas reais necessidades, sendo necessárias estratégias de acolhimento efetivas, evidenciadas neste estudo, como a escuta qualificada, o fornecimento de suporte para serviços de saúde, o encaminhamento para abrigos seguros, o auxílio jurídico e emocional, a melhoria do vínculo familiar para menores agredidas, o monitoramento dos agressores e o empoderamento das mulheres. Nesse sentido, conhecer os serviços pertencentes à rede, entender os fluxos de atendimento, contar com uma abordagem multidisciplinar, integrando serviços de saúde, assistência social, justiça e segurança pública é fator crucial para mitigar a violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR JM, et al. Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 2020; 24: e190486.
2. AMARIJO CL, et al. Dispositivos de poder utilizados por enfermeiros para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. *Texto & Contexto enfermagem*, 2021; 30: e20190389.
3. AMARIJO CL, et al. Rede de atenção a saúde: enfrentamento da violência contra mulher no município de Rio Grande. *Brazilian Journal of Health Review*, 2020; 3(1): 220-36.
4. BARDIN L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
5. BARROSO MF e LIMA RR. Uma crítica feminista da segurança pública no enfrentamento à violência contra mulheres. *Argumentum*, 2020; 12(3): 69-85.
6. BEARZI PSS, et al. Trilhas para o enfrentamento da violência contra a mulher. *Estudos Feministas*, 2020; 28(3): e60162.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. 2012. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acessado em: 24 de abril de 2023.
8. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acessado em: 24 de abril de 2023.
9. CASTANHA L, et al. Acolhimento de mulheres vítimas de violência na Atenção Básica em Saúde. *Rev NUPEM*, 2022; 14(31): 248-62.

10. DAHAL M, et al. Mitigating violence against women and young girls during COVID-19 induced lockdown in Nepal: a wake-up call. *Globalization and Health*, 2020; 16(84): 1-3.
11. FERRAZ CV e RIBEIRO YL. Violência contra as mulheres e justiça restaurativa: a importância de políticas públicas voltadas para a vítima e o agressor. *Rev Jurídica*, 2023; 1(73): 374-416.
12. FLORES LB, et al. Construindo "teias": fragilidades e potencialidades para o enfrentamento da violência contra a mulher. *Rev psicologia política*, 2021; 21(50): 224-38.
13. HICKMANN AL. O CRAM Rejane Marisa Dal Bó: uma ferramenta importante de combate à violência contra as mulheres no município de Foz do Iguaçu. *Revista espirales*, 2019; 3(1): 131-45.
14. HOLANDA IFS e BELMINO MCB. The challenges in the process of providing support to women victims of violence. *Concilium*, 2023; 23(11): 171-84.
15. JOHAS BCM e VIANA MR. Mapping the network to combat violence against women in Teresina-Piauí. *Research, Society and Development*, 2022; 11(11): e577111134032.
16. KAUS D, et al. Fluxo de atendimento à mulheres em situação de violência: caminhos e perdas. *PSI UNISC*, 2021; 5(2): 78-94.
17. MACHADO DF, et al. Violência contra a Mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020; 25(2): 483-94.
18. MASSIERE TLG, et al. Redes e caminhos de acolhimento às mulheres em situação de violência. *Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense*, 2023; 9(18): 48-58.
19. SANCHEZ OR, et al. Violence against women during the COVID 19 pandemic: An integrative review. *Obstetrics & Gynaecology*, 2020; 151(2): 180-7.
20. SANTOS JDLE e SANTOS CVM. Considerações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. *Rev Contexto & Saúde*, 2020; 20(40): 139-48.
21. SILVA KEA, et al. O conhecimento e a abordagem médica nos casos de violência contra a mulher em um hospital público de Alagoas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2022; 32(1): e320118.
22. SOUSA JR e SANTOS SCM. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, 2020; 10(2): 1396-416.
23. SOUZA BVA, et al. Violência doméstica contra mulher no Brasil: 12 anos de Lei Maria da Penha. *Jornal Eletrônico Faculdade Vianna Júnior*, 2019; 11(1): 228-47.
24. SOUZA MB e SILVA MFS. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Periódicos Eletrônicos em Psicologia*, 2019; 23(1): 153-66.
25. SOUZA MCG e SOUZA TMC. Psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres: experiências de universitárias. *Psicologia Revista*, 2019; 28(1): 125-49.
26. SOUZA TMC e REZENDE FF. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 2018; 9(2): 21-38.
27. ZARA G e GINO S. Intimate Partner Violence and its Escalation Into Femicide. *Frailty thy Name Is "Violence Against Women. Front Psychol*, 2018; 9(1777): 1-11.